

ÉTICA COMUNICATIVA/ EDUCAÇÃO? FUNDAMENTADA EM HABERMAS E KANT

Denise Aparecida Cavallini Panont*
Valdir Panont**

Resumo: O propósito deste artigo é abordar um tema de palpitante atualidade que se desenvolve no viés da ética comunicativa relacionada com a educação, tendo foco principal na problemática da visão do mundo, o fenômeno da racionalização consensual, na argumentação discursiva, crítica, das múltiplas atitudes e ações morais que compõem este processo. A racionalidade será vista no seu aspecto técnico-instrumental, delimitando a problemática que diz respeito a um mundo comum a todos, onde o entendimento com o outro será sempre no campo prático-moral, na busca reflexiva, intersubjetiva dos sujeitos no seu agir. Habermas propõe esta prática através do discurso argumentativo dialético, a racionalidade comunicativa, isto, não só para uma validade objetiva, mas sobre tudo num mundo socializado e intersubjetivo, como vida vivida num contexto concreto. Pela educação, o filósofo contribuiu com a ética do discurso, despertando novas maneiras de chegar pela racionalidade a construção do conhecimento interativo.

Palavras-chave: Ética. Educação. Intersubjetividade. Racionalidade. Universalidade.

Abstract: The purpose of this article is to address a topic of pulsating current that develops in the related communicative ethics education bias, with main focus on the problem of world view, the phenomenon of consensual rationalization, in discursive reasoning, critical, multiple attitudes and moral actions that make up this process. Rationality will be seen in its technical - instrumental aspect, defining the problem with respect to a common to all the world, where understanding each other will always be the moral-practical field, the reflexive, intersubjective search of the subjects in his action. Habermas proposes this practice through the dialectic argumentative discourse, communicative rationality, ie, not only for objective validity, but over all a socialized and intersubjective world, as life lived in a concrete context. For education, the philosopher contributed discourse ethics by awakening new ways to reach the rationality of building interactive knowledge.

Keyword: Ethics. Education. Inter-Subjectivity. Rationality. Universality.

1 INTRODUÇÃO

Os escritos a seguir pretendem mostrar a discussão acerca da dimensão ético-moral na formação do ser humano e sua importância nos dias de hoje no contexto educacional. A ética do discurso, proposta por Habermas,

*Professora Mestre em Educação UEL, Pós Graduada em Filosofia Política e Jurídica UEL, Pós Graduada em Gestão Escolar ESAP, Graduada em Direito FAP, Graduada em Filosofia FINOM.

** Professor Pós Graduado em Filosofia Política e Jurídica UEL, Pós Graduado em Gestão Escolar ESAP, Graduado em Filosofia OMEC, Graduação em Teologia PUU.

vem contribuir com a prática pedagógica para uma educação aberta para a intersubjetividade, respeito, solidariedade e justiça, onde as propostas educacionais estarão baseadas mais em princípios universais, katiano, de conduta, na construção de uma sociedade baseada na cidadania responsável, em suas ações e dizeres sobre o mundo. Habermas não aborda diretamente o tema sobre a educação, mas traz grande contribuição para a mesma.

Desta forma a presente pesquisa tem como papel, investigar através da ética comunicativa, novas propostas para uma escola nova, democrática, livre e responsável, onde a filosofia desempenha o fundamental reflexivo pelas racionalidades que derivam do seu agir e do seu pensar.

Ao escrever sobre o tema, ética comunicativa e educação, o foco deste estudo, porá em evidência alguns pontos para o exame da possível aplicação das idéias de Habermas, e delinear algumas dimensões de seu pensamento filosófico pedagógico.

2 FUNDAMENTAÇÃO EM HABERMAS E KANT

Desde a Antiguidade os filósofos já usavam e sabiam da importância do diálogo, para a formação racional dos cidadãos, e da sociedade, e usavam a dialética como um meio para discutir e questionar, (como os sofistas), e também para ensinar nas *agoras*. Filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Austin, Pierre Teilhard de Chardin, McCarthy, Max Weber, Apel, Kant, Paulo Freire e Jürgen Habermas versaram sobre a dialogicidade. Hodiernamente, é de fundamental importância ter uma educação que forme indivíduos éticos e morais, para uma sociedade complexa, em um mundo globalizado, e ninguém melhor do que Habermas para abordar esse tema da ética comunicativa e educação.

Jürgen Habermas (1929 -) é filósofo de inegável talento, integrante da segunda geração de intelectuais da Escola de Frankfurt, Alemanha. Os seus estudos filosóficos baseiam-se em investigações interdisciplinares acerca dos problemas sociais, preocupando-se, principalmente, com a questão da emancipação humana.

Para Habermas, o convívio social mediado pelo agir comunicativo, as expectativas de superação do egocentrismo, são ancoradas

em uma racionalidade voltada ao entendimento e que se submetem aos critérios públicos de discussão. Tal processo de entendimento requer que o interesse seja compartilhado, uma vez que passa pelo viés da linguagem pressupondo uma relação intersubjetiva. Ou seja, de que na prática argumentativa, a autoridade epistêmica atribuída para cada um individualmente, “seja exercida de acordo com a busca de um acordo racional; que, portanto, só sejam escolhidas soluções racionalmente aceitáveis para todos os envolvidos e todos que por elas forem afetados” (HABERMAS, 2004, p. 16).

A forma discursiva do entendimento mútuo, a partir de argumentos racionalmente aceitos por todos, é a base da Ética do Discurso. Para Habermas, o indivíduo só forma sua personalidade através da socialização via linguagem, utilizada no entendimento com o outro se torna condição necessária diante da fragilidade do ser humano no entrelaçamento com as diferentes formas de vida sócio-culturais.

Habermas (1991) tenta reconstruir e atualizar hermeneuticamente a ética kantiana. Conforme o autor, Kant (1724 – 1804), ilustre representante da ética moderna, criou um conceito de justiça unilateralizado centrado na decisão de um sujeito idealizado, de forma monológica, fazendo uso de sua autonomia da vontade para avaliar suas máximas de conduta. Kant fundamenta nessa capacidade racional de abstração a sua ética, a razão prática enquanto instância verificadora da validade das normas, desprendida de qualquer contexto ou instituição. Os problemas na aplicação das normas têm início quando necessita da anuência de todos. As questões do reconhecimento mútuo, da cooperação recíproca à liberdade de participação encontram seus limites uma vez que a aplicação do imperativo categórico por si só, isenta-se em busca a concordância dos demais reconhecendo suas situações concretas de vida. Porém, a tradição kantiana é favorável ao uso do livre arbítrio, uma atividade que exige do sujeito vontade autônoma, reflexiva, no expor suas profundas convicções ou uma atitude do sujeito diante de suas escolhas que melhor se adaptar as suas atividades orientadas ao mundo objetivo, na autodeterminação do próprio querer em favor de uma idéia que possa ser atribuída de forma universal.

A individualização se constitui na socialização, para Habermas, a moral tem duas tarefas a cumprir, exige o respeito à dignidade e à liberdade de cada um (justiça); e, da mesma forma, em reconhecimento mútuo, exige a reciprocidade desse respeito ao outro como membro do grupo, na preocupação com o seu bem-estar (solidariedade). A referência histórica é a dimensão que o autor põe em relevo nos esforços e manifestações sociais e políticas. Em consequência disso à relação indivíduo-soiedade-indivíduo, exige a constante revisão das regras, normas e leis, com propostas que a própria opinião pública cria, pois, a mesma sofre vários tipos de violência.

Na racionalização discursiva, baseada em conteúdos ético-morais a vontade se junta a esta para efetuar a mudança de atitudes, de conceitos e perspectivas em relação ao outro e ao social, desta maneira o método do discurso, através da argumentação reflexiva visa ao que se chama de “mutuo consenso”, mesmo onde as sociedades apresentam uma pluralidade de costumes e idéias. A adesão acontece através do convencimento pelas boas razões apresentadas, e que persistem intocáveis perante as objeções contrárias apresentadas. Desta forma o imperativo categórico e sua validade imposta como uma obrigação é substituída por razões argumentativas, e sua validade aí se encontra. Por isso a ética no entendimento entre as pessoas, deve ser mais abrangente e como norma ser o mais universal possível, G. H. Mead ensina:

a assunção de papéis ideais que exige que o sujeito dotado da capacidade de juízo moral se coloque na posição de todos aqueles eventualmente atingidos por uma conduta problemática ou pela entrada em vigor de uma norma controversa. O método do discurso prático apresenta vantagens quando confrontado em ambas as construções. Quando argumentam, os intervenientes têm de partir do princípio de que em regra, todos os indivíduos em questão tomam parte, enquanto sujeitos livres e iguais, numa busca cooperante da verdade [...] “O discurso pratico é visto como uma forma exigente da formação da vontade” (HABERMAS, 1991, p. 17).

A ética do discurso dispõe do potencial para estabelecer uma estreita relação entre justiça e solidariedade. Tais princípios éticos, tradicionalmente, colocavam-se em posições excludentes, a ética do dever assenta-se sobre o princípio de justiça a ética do bem, sob o bem-estar geral. Para Habermas, esta relação entre justiça e solidariedade destacada na ética

do discurso, torna-se possível quando orientada por uma forma de comunicação mais exigente que possa transcender as formas de vida concreta.

A ética do discurso em seus princípios aponta para a possibilidade de um procedimento argumentativo no sentido de convencer a todos os que estão comprometidos de forma imparcial, fundamentar normas morais, aceitas universalmente. A regra moral encontra sua validade no discurso entre as pessoas em sentido de cooperação solidária livre sem ser coagida a nada e aberta a opiniões sérias que provêm do outro. A imparcialidade será a forma da argumentação e a concordância seria uma norma não só moral, mas de validade de todo discurso, e esta norma aceita e vivida por todos é o que torna o entendimento consensual, e isto é uma regra fundamental da ética do discurso em Habermas. O princípio universalizante [...] Ele afirma: que uma norma só é válida quando as conseqüências presumíveis e os efeitos secundários para os interesses específicos e para as orientações valorativas de cada um, decorrentes do cumprimento geral dessa mesma norma, podem ser aceitas sem coação por todos os atingidos em conjunto (HABERMAS, 2004b, p. 58).

Porém a fundamentação moral não exclui as questões pragmáticas e éticas de seus participantes e neste sentido Habermas afirma que as relações interpessoais presentes no mundo da vida já trazem no seu bojo a expectativa familiar de uma solidariedade normativa embora peculiar e restrita em ações usuais comunicativas sem ser anteriormente problematizadas, mas que trazem na sua práxis as pretensões de validade.

Para um possível consenso, o comportamental dos participantes no costume dialógico ou na práxis, requer-se dos mesmos uma atitude de aceitação racional das colocações durante o discorrer da argumentação. O filósofo para isto diz que são necessárias quatro qualidades importantes que são: 1) todos têm o direito a participação; 2) a contribuição também é um direito de todos de forma igualitária; 3) a argumentação deve ser coerente e sincera; 4) não deve haver coação e deve-se garantir a liberdade de opção entre o “sim” e o “não”, diante das proposições e reivindicações das partes. E o melhor argumento é o que encontrará respaldo.

Para que se verifique o consenso, as condições acima darão à certeza de sua validade. Condições tais que Habermas denominou “condições

universais da comunicação”, dependendo das mesmas para que ocorra o processo normal e geral de comunicação. E ainda a pretensão de validade está intimamente ligada com a pretensão de veracidade subjetiva em cada participante que no decorrer da argumentação, são evidenciadas com sinceridade pelos falantes. E finalmente esta validade é buscada entre as pessoas, na sua capacidade de aprender e de se entender um com o outro, e para isto a validade está ligada a normas morais que os indivíduos estabelecem para um diálogo livre, objetivo e prático de uma forma equânime.

Como é nossa intenção trazer à luz a relação da ética do discurso com a educação, entendida como o processo ensino – aprendizagem, nas linhas que seguem verá com Habermas como a instituição educacional age nos dias de hoje. O sistema educacional é uma expressão daquilo que é o pensamento moderno, e o processo de racionalização gera os conceitos formais do mundo, sendo este objetivo, social e subjetivo. Por isso a educação não foge ao padrão de uma racionalização do mundo. A proposta político pedagógica é altamente inserida nesse contexto de sociedade, deveria por isso refletir na sua metodologia científica algo que correspondesse à nova concepção de mundo, de homem, de comunicação, de progresso, de racionalidades, de respeito, de oportunidade, de responsabilidade, de diálogo e de liberdade, dentro desta visão usar meios didáticos modernos que favorecesse no comportamental dos indivíduos um dialogo franco, sincero e verdadeiro, onde a dialogicidade intersubjetiva seria uma constante.

Em decorrência ao uso dos meios para interagir, vemos que nasce o individualismo incontrolável, onde o meio escraviza e automatiza, fazendo do homem alguém que está em função à tecnologia e a máquina, fruto do progresso econômico, criando homens sem liberdade e capacidade reflexiva, gerando o desrespeito ao outro, a instituição, aos colegas, e de uma forma direta aos professores, e a sociedade.

Habermas mostra que o conforto moderno e o avanço tecnológico, afastam os homens de auto controladores de suas próprias vontades, sendo isto motivo em grande parte da criação dos problemas sociais e culturais que afetam o mundo como um todo, da mesma forma ele assinala que o progresso científico é algo irrefutável do homem que pode construir conhecimentos. O homem moderno que constrói o progresso com novas

técnicas, terá também capacidade pela reflexão de revisar seus erros e propor novas metas sendo mais crítico.

A partir destas considerações, pode-se afirmar que a educação é um espaço de transmissão do legado cultural, de repasse de informações, e de construção de novos conhecimentos, e estes adquiridos não se restringem a um mundo objetivo, mas também, envolvem-se dialeticamente com o mundo social e subjetivo. Habermas refere-se ao processo de construção de conhecimento como algo que acontece provocado por desafios e problemas que requerem uma revisão reflexivo-crítica sobre nosso pensamento.

O uso reduzido de uma racionalidade instrumental reprime o espaço da revisão crítica acerca da validade e da justificativa das proposições que se encontram problematizada. As certezas abaladas, problematizadas só acontecem na dimensão da competência comunicativa que se torna reflexiva e questiona as verdades estabelecidas. A formação discursiva da vontade capaz de gerar consensos também é um processo a ser adquirido socialmente o que remete ao campo educacional.

Com frequência no meio educativo são encontradas formas pedagógicas que nos fazem entender que ali existe uma preocupação excessiva com os conteúdos que são ministrados em sala de aula, como instrumentos para os diversos saberes. Constata-se o óbvio que as pessoas são provindas de um meio ambiente concreto, pré-existente, onde o modo de se comunicar tem suas características próprias na análise dos problemas. Desta forma, a visão de mundo é unilateral, pois, é fruto de dominação e controle de uma linguagem puramente técnico-científica, muitas vezes desencarnada da realidade sócio-dialógica.

Nesta linha habermasiana, descobrimos a educação como um palco fértil, onde a linguagem instrumental sinaliza para o potencial formativo do pensar e do agir humano a partir de pontos de vista compartilhados.

As argumentações dialéticas no campo educacional, são muitas vezes motivadas pela vivência pragmática da instituição, e também externamente provindas através dos meios de comunicação que participam difundindo coisas sobre a mesma, a nível local e mundial, *verbi gratia*, as conquistas científicas pela pesquisa, e também o comportamento dos alunos e dos professores em relação à disciplina e ao método de ensino-aprendizagem.

Atualmente a autonomia pedagógica dada às escolas por leis como, por exemplo, a LDB, e outras, na composição de sua estrutura de ensino, permitem que diversos temas sejam tratados de uma forma transversal, multidisciplinar, envolvendo os sujeitos no seu espaço social, na sua afetividade, na sua abstração de conceitos, e na parte ética e econômica, isto seria um meio para expandir a capacidade de comunicação e argumentação entre as pessoas envolvidas. Por isso, os sujeitos da aprendizagem não deverão ser considerados como um ser epistêmico, mas alguém inserido num contexto pragmático-sócio-cultural.

Para que aconteçam as mudanças pelas vivências, não é só necessário pensar, mas expressar os conteúdos da racionalidade pela linguagem, onde seriam identificados os problemas, os interesses, e estabelecendo os consensos. Por isso, o mundo da educação deveria passar por uma revisão em seus métodos pedagógicos e didáticos, a fim que a tomada de consciência para uma possível mudança seria o fruto de uma reflexão profunda na busca de uma escola nova, democrática e interativa, onde principalmente o aluno seria o principal objetivo, que ganharia com esta nova e corajosa transformação.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve a pretensão de evidenciar que o pensamento de Habermas, sobre a Ética Comunicativa, é possível de ser proposta a nível educacional, ressaltamos que podem ser utilizadas as bases e fundamentos de sua teoria para pensá-la. É indiscutível a necessidade preeminente de educadores e alunos quanto à necessidade da troca e do diálogo no processo. O ponto mais focado durante todo o decorrer deste artigo foi a superação de uma moral estática racional, *a priori*, e prática, para uma ética dinâmica, intersubjetiva, consensual, e responsável, onde o ponto crítico é a revisão de métodos pedagógicos didáticos impostos onde a dogmática racional era a suprema verdade, e a verdade também imposta através de políticas educacionais, ditatoriais, por meio de decretos, projetos políticos pedagógicos, e ainda no meio de um contexto social, bastante conturbado, vemos a possibilidade de uma nova escola fundamentada na ética comunicativa, no ambiente da educação.

REFERÊNCIA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ARANGUREN, José Luis L. **Ética e Política**. São Paulo: Duas Cidades, 1967.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 3. ed. ver. E atual. - São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.
- BARBOSA, Livia. **Jeitinho Brasileiro**. A arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRANDÃO, Carlos R. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- BARRETO, Luiz Antonio. **Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1996.
- COTRIN, Gilberto & PARISI, Mário. **Fundamentos da Educação**. São Paulo: Saraiva, 1986.
- CUNHA, Sérgio Sérvulo da, **Dicionário Compacto do Direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DALBOSCO, Cláudio A. TROMBETTA, Gerson L;LONGHI,Solange M; **Sobre filosofia e educação subjetividade-intersubjetividade na fundamentação da práxis pedagógica**. Universidade de Passo Fundo: UPF Editora, 2004.
- DUTRA, Delamar Volpato. **Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de La acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987a.
- _____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **Comentários à Ética do Discurso**. Tradução: Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- _____. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Tópicos).

_____. **A inclusão do outro.** Trad. George Sperber, Paulo Astor Soethe, Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** Trad. Francisco Cock Fontanella. 4ª ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos.** Trad. Leopoldo Holzbach. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

_____. **Do contrato social.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro.** 3. ed. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação Não é Privilégio.** 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, 1978.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. **Patrimonialismo – e a realidade latino-americana.** Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2006.

_____. **Ética empresarial – conceitos fundamentais.** Londrina: Edições Humanidades, 2003.

_____. **Tópicos especiais de filosofia moderna.** Juiz de Fora: EDUFJF; Londrina: Editora da UEL. 1995.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermões escolhidos.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** (Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa). A partir da 5. ed., rev., anot., e org. por Johannes Winckelmann. São Paulo: Editora UnB, 2009, v.1.

_____. **Economia e sociedade.** (Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa). A partir da 5. ed., rev., anot., e org. por Johannes Winckelmann. São Paulo: Editora UnB, 2009, v.2.

_____. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo.** 4. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

_____. **Ciência e Política: duas vocações.** 2. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

ZANCANARO, Antonio Frederico. **A Corrupção Político-Administrativa no Brasil**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.